

Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) - Brasil¹

Alexandrina Luz Conceição

Programa de Pós-Graduação de Geografia
da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

AGB – Seção Aracaju

✉ aluz@oi.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como propósito refletir sobre os discursos que vêm sendo tecidos nos Encontros Nacionais dos Geógrafos (ENGs), da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), no eixo temático História do Pensamento Geográfico, durante os dez anos desde o último Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), em 2004. Questiona-se se estes vêm assumindo, em grau e qualidade, condição singular sobre a situação do pensar a sociedade e a geografia no Brasil. Nos estudos desenvolvidos, constata-se que há uma riqueza de polifonia trazida no discurso do lugar “de quem fala” e “sobre o que se fala”, observando-se que, embora possamos identificar conteúdos de discursos de crítica ao universalismo – e à ideia do homogêneo –, ao assumir os discursos do outro, não há descentralização dos sujeitos dos discursos, dos que falam. Afirmamos que há uma inovação no pensamento geográfico que se estabelece dentro da AGB, entretanto, este se ressentido de estrutura teórica epistemológica que favoreça os tecidos teóricos sinalizadores de novos conceitos ou mesmo de uma nova teoria na produção do pensar e do fazer geografia. O que se pode constatar é uma diversificação de discursos que são nomeados por diversos sujeitos, agrupando-se conforme eletividade e afetividade. Acredita-se que a AGB, como instituição que se materializa e se estrutura no princípio da liberdade e da alteridade, tende a garantir um campo de debate aberto de validação das leituras plurais, o que indica que, apesar de a pesquisa aparentemente não se dar no âmbito dos eventos da AGB, é esta que permite evidenciar o debate de forma diversa, sem qualquer tipo de cerceamento ideológico, assumindo a responsabilidade de pensar e fazer mudar a sociedade e a geografia brasileiras.

Palavras-chave: pensamento geográfico, AGB, HPG, categorias, ideologia, diversidade.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014

Para citar este artigo: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) - Brasil. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

¹ Agradeço à professora Dr^a Sinthia Batista (Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT) pelo zelo e desprendimento de ler o presente artigo, emitindo opiniões e colaborando para a sua produção final.

Thinking the geographic thought: reflections from inside of the National Meetings of Geographers – Brazil

Abstract: *This article aims to reflect about the speeches that have been woven in the National Meetings of Geographers of Association of Brazilian Geographers (AGB) on axis History of Geographical Thought in the last ten years after the last Brazilian Congress of Geographers to the 2004. Questions whether these speeches are assuming, in degree and quality, a particular condition about the situation of thinking the society and the geography in Brazil. In some studies notes it that there is a wealth of polyphony brought by place of the speaker's discourse and about the speak, noting that although we can identify critique speeches about the universalism – and about the idea of homogeneous – the take the discourses on the other there is no decentralization of the subjects of the speeches of those who speak. We affirm that there is a new geographical thought that is established inside the AGB. However, resent of the epistemological theoretical framework which favors the theoretical tissues that identify new concepts, or even a new theory in the production of thinking and doing geography. What we can see is a diversification of discourses that are appointed by various persons, grouping as electivities and affection. It is believed that the AGB, as a institution materialized and structured on the principle of freedom and otherness, tends to ensure an open discussion of field validation of plural readings, indicating that although apparently the research may not be in the floor of the AGB events, is the AGB that makes evidence of plural form the debate without any kind of ideological retrenchment, taking responsibility to think and change the society and the brazilian geography.*

Keywords: *geographical thought, AGB, HPG, categories, ideology, diversity.*

Pensar el pensamiento geográfico: reflexiones por dentro de los Encuentros Nacionales de Geógrafos - Brasil

Resumen: *El presente trabajo tiene como propósito reflexionar sobre los discursos que vienen siendo tejidos en los Encuentros Nacionales de Geógrafos de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB) en el eje Historia del Pensamiento Geográfico, en estos diez años de intervalo respecto al último Congreso de Geógrafos Brasileños de 2004. Se cuestiona si estos vienen asumiendo, en grado y calidad, una condición singular sobre la situación del pensar la sociedad y la geografía en Brasil. En los estudios desarrollados se constata que hay una riqueza de polifonía traída en el discurso del lugar de quien habla y sobre lo que se dice, observándose que aunque podemos identificar contenidos de discursos de crítica al universalismo – y a la idea de lo homogéneo –, al asumir los discursos del otro no hay descentralización de los sujetos de los discursos, de los que hablan. Afirmamos que hay un nuevo pensamiento geográfico que se establece por dentro de la AGB, entre tanto carece de estructura teórica epistemológica que favorezca los tejidos teóricos que señalen nuevos conceptos, o aún, una nueva teoría en la producción del pensar y hacer geografía. Lo que se puede constatar es una diversificación de discursos que son dichos por diversos sujetos, agrupándose conforme una elección y la afectividad. Se cree que la AGB, como una institución que se materializa y se estructura en el principio de libertad y alteridad, tiende a garantizar un campo de debate abierto de validación de las lecturas plurales y que permite evidenciar de forma plural el debate sin cualquier tipo de cercenamiento ideológico, asumiendo la responsabilidad de pensar y hacer cambiar la sociedad y la geografía brasileña.*

Palabras clave: *pensamiento geográfico, AGB, HPG, categorías, ideología, diversidad.*

O pensamento é a consciência ou a inteligência saindo de si (“passeando”) para ir colhendo, reunindo, recolhendo os dados oferecidos pela experiência, pela percepção, pela imaginação, pela memória, pela linguagem, e voltando a si, para considerá-los atentamente, colocá-los diante de si, observá-los intelectualmente, pesá-los, avaliá-los, retirando deles conclusões, formulando ideias, conceitos, juízos, raciocínios, valores.

– Marilena Chauí²

Constrangedor visitar um mundo aonde se chega pela primeira vez: como se sentir veterano na casa dos outros.

– Umberto Eco (*A misteriosa chama da rainha Loana*)

1º ato: reflexões iniciais – colocando os questionamentos

Criada em 1934 para a consolidação da institucionalização da ciência geográfica no Brasil, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) constituiu o pilar fundamental na disseminação das ideias no nosso país, contribuindo não só para a investigação do espaço brasileiro como também para a formação da sociedade.

Estudiosos sobre este debate afirmam que há uma imensa proximidade entre a AGB e as transformações percebidas na ciência geográfica e na sociedade brasileiras, nos anos posteriores a 1934. Para Charles da França Antunes, em diversos escritos baseados em sua tese de doutorado (2008), a AGB foi a responsável pelas transformações na sociedade, firmando-se como uma das instâncias fundamentais para a compreensão do conhecimento da geografia brasileira.

Segundo Pasquale Petrone (1994), a Associação dos Geógrafos Brasileiros funcionou em sintonia com a academia, tendo favorecido o crescimento intelectual dos que a frequentaram. Muitos são os geógrafos que compartilham dessa ideia. Considera Antunes (2009) que “é a AGB que vai, ao longo de sua história, articular a base da chamada comunidade de geógrafos no Brasil (estudantes, professores e técnicos), desde sua fundação até os dias atuais”. Neste propósito, o objetivo deste debate que início é observar se a AGB ainda tem contribuído para a inovação do pensamento geográfico. O que se questiona é se esta instituição ainda se apresenta com o mesmo peso do seu caráter inovador na construção do fazer pensar a ciência geográfica, e qual o nível desta

² CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora ática. Capítulo 6. O Pensamento.

contribuição.

O debate dentro da AGB é a representação que se tem estabelecido nas interescalas do pensar crítico, fazendo crescer e aperfeiçoar o conhecimento científico e, conseqüentemente, o amadurecer da teoria. Foi dentro da AGB que, em 1996, na cidade de Recife (PE), se constituiu o primeiro debate específico sobre o pensamento geográfico brasileiro, sob a iniciativa do professor Dieter Heidemann (Universidade de São Paulo) e organização/coordenação da professora Alexandrina Luz Conceição (Universidade Federal de Sergipe). Para Sousa Neto (2006, p. 165), este fato “é ao mesmo tempo importante e representa uma espécie de ato inaugural, por denunciar a maneira tardia como os geógrafos brasileiros se preocuparam pouco com a institucionalização de sua disciplina no Brasil”.

Como afirmou este mesmo autor,

em 1996, no Encontro Nacional de Geógrafos promovido pela AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, ocorrido em Recife/PE, um dos eixos temáticos foi denominado Geografias Puras e Impuras. O intuito foi o de agregar uma série de temáticas da produção geográfica brasileira que não se encaixavam nos eixos temáticos tradicionais. Entre as Geografias Puras e Impuras, ocorreu uma mesa-redonda organizada pela prof.^a Alexandrina Luz Conceição, que tratou do Pensamento Geográfico Brasileiro antes de 1930 (ibidem).

Como consequência desse debate, no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) de 1998, na cidade de Vitória da Conquista (BA), “um grupo de jovens pesquisadores (...) realiza um curso de curta duração sobre as pesquisas desenvolvidas em História da Geografia e do Pensamento Geográfico no Brasil” (idem, ibidem). Para o referido autor, após esta mesa-redonda, foi constituído o Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico, formando uma rede de discussão e passando a agregar pesquisas nesta área para a garantia do debate nacional.

Nesse sentido, é importante a reflexão sobre a polifonia dos discursos, durante e entre os ENGs, nos últimos dez anos após o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) de 2004, nos debates em torno da história do pensamento geográfico, que permitiria responder os questionamentos em pauta:

- O que se tem discutido na geografia brasileira?

- Há um teor que possa garantir um debate novo na geografia brasileira?
- Quais as reflexões teóricas que têm norteado o pensar geográfico? Podemos afirmar que há uma consolidação de epistemes que garanta um debate entre pares e “afinidades seletivas”?

IIº ato: para falar de história é importante fazer o “eterno retorno”? – ou como falar de história do pensamento geográfico (HPG) por dentro da AGB?

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira vivia sob a influência francesa. Segundo Needell (1993, p. 66), “civilização e progresso eram, em geral, vistos de uma perspectiva francesa”. Na leitura de Paulo Arantes (1994, p. 61), “nossa bruxuleante curiosidade filosófica, como é sabido, sempre viveu à mercê das marés ideológicas da metrópole, literalmente a reboque dos vapores da linha da Europa”.

Em 1934, num desses vapores, chegou ao Brasil o geógrafo francês Pierre Deffontaines, que importou o modelo das sociedades francesas para a formação do Departamento de História e Geografia da recente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, e, em seguida, fundou a Associação dos Geógrafos do Brasil, ao lado de Rubens Borba de Moraes, Luiz Flores de Moraes Rego e Caio Prado Júnior. Porém, se, de um lado, esse departamento estava sob o eixo do pensamento francês, nos aproximamos das reflexões de Manoel Seabra de que

a criação de uma ‘Associação Brasileira’ não parece limitar-se ao alcance de uma cadeira em uma instituição universitária nem mesmo à imitação e importação de um modelo de organização e institucionalização da disciplina, trazida pelo mestre francês. Convém considerar as intenções, mesmo que voluntárias, dos fundadores brasileiros (SEABRA, 2008, p. 45).

Participavam da associação intelectuais do movimento Escola Nova e parte da elite liberal dominante de São Paulo. Será marcante, na estrutura desta entidade, o caráter intelectual de uma elite da sociedade brasileira, definida por J. Needell (1993, p. 275) pelo domínio de poder “derivado da riqueza, ocupação e status social reconhecido, bem como da posição política.”

O fato é que a inserção da concepção da Escola Nova permitiu, de certa

forma, um quê de libertário nos pensamentos da associação. Considerou Néelson Coutinho (2011, p. 16) que, com as revoluções democráticas burguesas e com o triunfo do liberalismo, houve uma laicização do Estado, pois este já não impunha uma religião ou uma visão de mundo, não tinha mais legitimidade em si mesmo, formando-se, portanto, outras visões do mundo: “(...) entre o Estado que diz representar o interesse público e os indivíduos atomizados no mundo da produção, surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si.” Esta esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, que “apresenta-se como um conjunto de organismos ou de objetivações sociais, diferentes tanto das objetivações da esfera econômica quanto das objetivações do Estado *strictu sensu*” (idem, *ibidem*). Começava, assim, a surgir o intelectual de vários tipos de correntes de opiniões. Um intelectual que já não era mais um funcionário direto do Estado, nem tampouco “sem vínculo”, mas que procurava manter sua autonomia e sua independência de pensamento sem perder de vista as contradições da sociedade.

Não podemos afirmar que a AGB foi fundada com o propósito de ser funcional e sob o controle do Estado. Acreditamos que está exatamente na sua criação, externa ao Departamento de História e Geografia da FFCL da USP, a tentativa de sua autonomia, procurando assegurar uma materialidade cultural própria, pluralista e coletiva. A intenção de coletividade demarca a sua autonomia, escapando da característica de um intelectual que exercia sua atividade de forma individual, apresentando-se frágil ao sistema de cooptação do Estado, facilmente aprisionado à sombra do poder.

Para assegurar esta autonomia, em 80 anos de existência, desde a sua fundação (1934-2014), a AGB se constitui num espaço de debate e produção do pensar e do fazer geografia, conforme consta em sua ata de fundação, escrita pelo secretário Caio Prado Júnior. A associação visava ao trabalho coletivo entre seus membros e com outras organizações, como a Sociedade de Sociologia. De caráter interdisciplinar, tinha como propósito a realização de pesquisas sistemáticas para o conhecimento do solo brasileiro, em particular do estado de São Paulo.

O que se tornou marcante, no seu perfil, foi a obrigatoriedade da publicação dos resultados dos seus debates e da divulgação dos conhecimentos adquiridos nas pesquisas, desde a publicação de sua revista, *Geografia*, no início de 1935. A criação desta revista teve por objetivo “desenvolver e difundir os conhecimentos geográficos”. A revista tinha como propósito “não somente

desenvolver um programa metódico de pesquisas de todos os problemas geográficos e, em particular, os referentes ao Brasil e no estrangeiro (...) e aos não especialistas. Todos os problemas, e particularmente os de ordem econômica e social” (SEABRA, 2008, p. 103).

Não se pode negar que, para “civilizar” o Brasil, a Associação dos Geógrafos do Brasil teve papel fundamental na formação e no fortalecimento do Estado-nação, que seriam instrumentalizados pelos saberes geográficos: seus trabalhos de campo, as expedições pelo interior dos estados brasileiros, em particular do estado de São Paulo – na especificidade da urbanização da Cidade de São Paulo e no modelo em voga, civilizatório e modernizante, de uma cidade do capital. Entretanto, se, de um lado, como afirmam seus estudiosos, a história da AGB está associada à história da geografia e do pensamento geográfico brasileiro, é preciso observar que a preservação da sua autonomia, a preocupação com a defesa plural dos seus artigos, a socialização dos resultados dos seus debates e as pesquisas de campo garantiram certa independência, o que permitiu aos seus sócios escapar da “cooptação e adoção de uma cultura elitista e de tendência dominante” (COUTINHO, 2011, p. 28).

A intensa participação de Caio Prado Júnior na AGB foi fundamental para assegurar essa autonomia, fato comprovado com a aquisição do seu acervo particular pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), e, neste, a “rica documentação sobre os primeiros anos de uma das mais importantes entidades da geografia no Brasil. O livro de atas dos anos iniciais da AGB (...)” (Heidemann, 2008, p. 9)³. Este dossiê permite não só mostrar a importância da presença de Caio Prado Júnior na AGB, mas compreender esta associação no contexto das relações de poder, em um período histórico de fortalecimento do Estado capitalista moderno e da consolidação do Estado ditatorial getulista:

Não parece fácil sustentar que o conhecimento geográfico produzido ou organizado pela AGB, nesse curto período de tempo, tenha tido papel significativo na expansão territorial da economia industrial concentrada em São Paulo. Se conhecimentos geográficos foram relevantes nesse processo, talvez seja mais adequado procurá-los no passado, ou, até mesmo, na própria produção do IBGE à época (SEABRA, 2008, p. 94).

³ Heinz Dieter Heidemann, na apresentação do livro Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: AGB; Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Nas correspondências encontradas no acervo de Caio Prado Júnior, sobre o modo de atuação da associação e dos associados, lê-se:

A Associação tem um caráter avesso a honrarias (Doc.0I.0I) (pois) não é uma sociedade decorativa como soe acontecer a tantas associações pseudo científicas no paiz [...]. (Ela) vive das suas reuniões e do trabalho em colaboração de seus membros. Caso estes não se esforcem para acompanhar com assiduidade as reuniões, a Associação estará fatalmente condenada ao desaparecimento (SEABRA, 2008, p. 90).

Ao se referir à importância da revista *Geografia*, afirmou:

Geografia trará uma contribuição considerável a todos aqueles que se interessam pelo Brasil e para a solução de seus problemas. Para realizar esse trabalho, não contamos senão com o apoio do público. Não gozamos de favores ou subvenção de qualquer natureza, e tudo que fazemos é fruto exclusivo do esforço e boa vontade de um grupo de estudiosos interessados unicamente no progresso da cultura brasileira. Não nos movem tampouco intuítos comerciais. Nosso fim é puramente cultural (...) (idem, *ibidem*, p. 91).

Estes princípios dão a conformação de uma entidade comprometida com a pesquisa e a teoria, com forte entonação na ênfase da autonomia científica. Se a entidade procurou preservar tal autonomia, de certa forma, esta foi ferida durante a militarização da sociedade e do Estado, no período dos anos do governo pós-1935 de Getúlio. Em alguns momentos, nos períodos intercalares de democratização, foi mais flexível.

Em 1936, foi criado o Conselho Nacional de Geografia, e, paralelamente, para responder ao projeto de modernização, em 1937, foi criado o Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica (IBGE), com a responsabilidade de coletar informações estatísticas para medir as potencialidades do espaço brasileiro. No final da década de 1950, os geógrafos passaram a utilizar a estatística para análise. A existência deste instituto foi peculiar para o processo de concepção distinta do geógrafo, assim como a forte divisão dicotômica entre a geografia física e a humana. É preciso ressaltar que a formação técnica dos engenheiros favorecia mais a valorização dos elementos físicos do que os humanos. Com a influência do método de análise positivista quantitativa, o IBGE valorizou o estudo dos domínios físicos e do meio natural em detrimento da análise humana.

A partir da década de 1960, o projeto econômico pautado na ideologia desenvolvimentista definiu a educação como condição necessária para o desenvolvimento econômico, apontando a vinculação da educação com o setor produtivo como possibilidade de superação da pobreza. O Estado militar se encaixou aos interesses do Banco Mundial, que se voltava para o financiamento do projeto de educação profissional em todos os níveis de ensino (na época, os denominados primeiro, segundo e terceiro graus), além da expansão dos cursos de pós-graduação.

O ciclo de expansão da reprodução do capital sinalizou o aproveitamento do saber geográfico como instrumento do capital veiculado pelo Estado. O público e o privado se mesclaram sob a orquestra do discurso do Estado planejador. Nesse sentido, a proposta da geografia pragmática quantitativa se encaixava no modelo desenvolvimentista do Estado, e vários geógrafos iriam participar efetivamente da formação de quadros técnicos qualificados de multidisciplinares para a elaboração de planejamentos urbanos para as cidades brasileiras.

A função de intelectual orgânico enquadrava o geógrafo e demais profissionais das ciências sociais na posição acrítica ao Estado. Segundo Gramsci (1982), cada grupo social cria, para si, uma ou mais camadas de intelectuais organizadores de distintas esferas do Estado, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, nos campos político, econômico, social. Estes intelectuais são os responsáveis pela nova forma do Estado e da sociedade, identificados por Gramsci como "funcionários da superestrutura".

Dosse (2007) considerou que, nos anos de 1960 e 1970, a geografia deixava transparecer um vazio teórico, era desprovida de objeto e de método, sendo a última disciplina a "despertar para a epistemologia". Para este autor, foi Yves Lacoste que deu um lugar à geografia nas ciências sociais ao entrever "as portas da salvação para a geografia na retomada do estudo metódico dos espaços no quadro das funções que aí exerce o aparelho de Estado" (ibidem, p. 388-9). Para Dosse, Lacoste visava a "primeiramente, devolver alguma vitalidade a uma geografia que parecia moribunda, e inscreve seu projeto no quadro mais global de uma colaboração ativa com outras ciências sociais chamadas a alimentar essa reflexão nova sobre o espaço" (ibidem). As revistas *Hérodote* e *Espaces Temps* possibilitaram a interface da geografia com as ciências sociais na dimensão da interdisciplinaridade. Esta condição permitiu reflexões de ordens epistemológica

e teórica sobre as ideologias e estratégias do espaço.

O atraso da geografia no campo teórico-metodológico foi responsável pelo seu isolamento (Santos, 1980). Era preciso romper com o seu aprisionamento. Tratava-se, na compreensão de Milton Santos, de encarar o espaço como ele era: como um fato social, um fator social e uma instância social. O objeto da geografia era a própria realidade. Era preciso dar conta das mediações das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais da realidade. Era preciso fazer uma geografia comprometida com o espaço e o tempo social, comprometida com a realidade social (Conceição, 2009). É importante destacar que, nesse contexto, o cenário da sociedade brasileira urgia de ações de intervenções imediatas. Economicamente, vivenciávamos o processo de expansão capitalista, marcado por profundas alterações na estrutura produtiva. Em escalas mundial e local, nas décadas de 1970 e 1980, o modelo da industrialização alterou o quadro da produção, o que resultou em mudanças significativas na política de desenvolvimento urbano, fazendo emergir o debate sobre a pobreza urbana e a situação dos conflitos, com ênfase na leitura geográfica. Politicamente, vivíamos na ditadura militar, sob fortes pressões e tensões que afloravam continuamente, com prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos etc. A cultura era tratada como um problema de segurança nacional, sob pesada censura. Em abril de 1977, ao escrever o posfácio do seu livro *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, Carlos Guilherme S. Mota afirmou:

Ao invés de se fortalecer, a sociedade como um todo se descobre enfraquecida. Ao contrário do que se pensa o centro do poder, torna-se mais despolitizada. Anêmica, sem cultura política e sem debates amplos e esclarecedores, a Sociedade Civil, com sindicatos, universidades e imprensa abafados (...). (MOTA, 1977, p. 293).

Esses fatos farão evocar o sentido e o significado da crise – crise externa e na internalidade da própria existência da geografia. Nesta imbricação, estava também a crise da própria AGB. Foi neste ambiente que se deu o III Encontro Nacional dos Geógrafos, em Fortaleza, em 1978. Com a reforma estatutária, se extinguíram as seções regionais, os sócios titulares, os sócios colaboradores e a constituição do direito da participação efetiva e plena dos estudantes. Os estudantes passaram a ter papel central na história da AGB, integrados na luta pelos direitos humanos, o debate político e democrático da sociedade, além do compromisso com as mudanças sociais, por via da crítica ao

Estado.

No contexto de “viva a crise, viva a geografia”, as vozes dos geógrafos se somaram no compromisso da libertação do pensar e fazer *outra geografia*: uma geografia nova. Afinal, se a geografia estava em crise, viva a geografia! Uma geografia, como afirmava Carlos Walter Porto, com a preocupação de superação da crise mediante a reformulação das teorias envelhecidas e a elaboração de uma geografia engajada e comprometida com uma teoria do espaço do e para o homem, e não com o espaço da sua opressão.

O ENG passou a ser o espaço político de decisão das metas e da reflexão teórica para o pensamento geográfico – referencial político, científico e cultural. Os estudantes passaram a ter papel central na história da AGB como centro de convergência, estímulo e difusão para os estudos, pesquisas e debates. A autonomia foi assumida nos anos de 1980, com a crítica radical à dicotomia, à dualidade, à separação da geografia física e humana e do bacharelado da licenciatura. Tais fatos provocaram a saída de muitos professores da AGB por considerarem que, com a igualdade de participação dos estudantes de graduação com os outros sócios, a AGB perderia a qualidade (ANDRADE, 1991).

É preciso atentar ao fato de que a década de 1980 foi o marco revolucionário no pensar e no fazer geografia, revolucionando-se o pensar geográfico por dentro da instituição; por outro viés, foi nesta mesma década que ocorreu a institucionalização da implantação do programa de avaliação das universidades públicas. Esta medida passou a ser estabelecida pelo número de publicações de seus docentes para medir o índice e graus de produtividade, conforme a lógica de mercado.

A partir de 1982, o Decreto nº 86.816 concedeu à CAPES a elaboração e a consolidação da política de pós-graduação, bem como o acompanhamento e a avaliação nacional dos programas. Conforme observaram Silva e Oliveira,

esse é um momento muito importante, pois, com base nesses novos instrumentos, firma-se a crença, ao longo dos anos 1980, de que só por meio da coordenação das diversas instâncias da pós-graduação, com maior centralização da CAPES, e do acompanhamento e do aperfeiçoamento do sistema de avaliação, que seria possível a expansão acadêmico-científica da pós-graduação no país, com a criação de novos cursos e a consolidação de centros de qualidade (SILVA; OLIVEIRA, 2009, p. 84).

Embora a AGB tenha assumido um debate crítico intenso, na realidade, o peso do Estado, por meio de suas políticas de repasses de recursos, favoreceu o afastamento de muitos professores doutores que se sustentaram, como já afirmamos, no discurso da perda de qualidade da entidade. Entretanto, o reconhecimento da importância da AGB era indubitável:

É importante ressaltar que, até a criação da ANPEGE, em 1994, foi a AGB que, no campo profissional, representou no cenário nacional a geografia brasileira, se pronunciando, inclusive, no tocante a assuntos relativos à pós-graduação (SILVA; OLIVEIRA, 2009. p. 80).

Nesse sentido, apresentamos a hipótese de que, embora observemos uma tendência de crescimento de discursos contra a AGB, que tentam sinalizar o seu desaparecimento ou perda de sua qualidade, acusando-a de cercear ideologicamente o saber geográfico, afirmamos que são os seus eventos que possibilitam a produção deste saber de forma plural, sem qualquer tipo de cerceamento ideológico.

IIIº ato: de como os discursos estão sendo tecidos, na atualidade, por dentro dos ENGs – constituindo o quadro de análise

O Encontro Nacional dos Geógrafos, principal fórum de debates da AGB, ocorre de dois em dois anos, e é considerado o principal evento da geografia brasileira, reunindo professores, pesquisadores, alunos e a sociedade em geral. Os encontros constituem palco de interesse para o debate, as práticas e as concepções geográficas. Dos seus diversos eixos de debates, destacamos o eixo temático História do Pensamento Geográfico (HPG), que tem assumido, em grau e qualidade, condição singular sobre o pensar a geografia no Brasil.

Desde 2004, após o Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Goiânia (GO), foram realizados quatro encontros nacionais:

1. XIV ENG Rio Branco: “A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos” – 16 a 21 de julho de 2006;
2. XV ENG São Paulo: “O espaço não para: por uma AGB em movimento” – 20 a 26 de julho de 2008;
3. XVI ENG Porto Alegre: “Crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças” – 25 a 31 de julho de 2010;
4. XVII ENG Belo Horizonte: “Escalas, poderes, ações, geografias” – 22 a

28 de julho de 2012.

É interessante observar que a linha de inscrições de trabalhos do eixo História do Pensamento Geográfico, nesses eventos, teve um contínuo crescente de apresentações. De Rio Branco 2006 a Belo Horizonte 2012, com um intervalo apenas de seis anos, o índice de crescimento de apresentações foi altíssimo, acima de 1.500%. Entre 2006 a novembro de 2012, os Encontros Nacionais da AGB foram de suma importância para a agregação e a consolidação de um saber geográfico, assumindo uma dimensão escalar, nos diferentes níveis (local e nacional), contribuindo para o avanço da geografia na internalização da instância universitária, na sociedade e no país.

O debate por dentro dos ENGs é a representação que se tem estabelecido nas interescalas do pensar crítico, fazendo crescer e aperfeiçoar o conhecimento científico e, conseqüentemente, o amadurecer da possibilidade da teoria. Para Eagleton (2005, p. 85), “não podemos nunca estar ‘depois da teoria’, no sentido em que não pode haver vida humana reflexiva sem ela”. A dimensão histórica permite o resgate do pensamento geográfico, possibilitando tomar o discurso como objeto de investigação, afastando-o da ótica factual e biográfica dos discursos do campo disciplinar para o das ideologias geográficas. Esta estratégia teórico-metodológica visualiza os diversos pensares que constituem e consolidam o pensamento geográfico. Dessa forma, pode-se observar o uso de diferentes denominações para o significado das categorias geográficas, em particular território e espaço.

O movimento de nossa reflexão se estrutura em duas dimensões: uma, que se define a partir das categorias fundantes dos sujeitos que discursam; e a outra, que se define no campo das ideias a partir dos sujeitos envolventes no contexto histórico em que se prescrevem as ideologias. As duas dimensões devem ser entendidas na totalidade das suas relações e inter-relações, como possibilidades históricas que se revelam no cotidiano das nossas práticas. Esta condição permite refletir a partir do vivido.

A polifonia dos discursos e como falar dos discursos dos outros sem pedir licença

Considerando a análise de um dos artigos apresentados no ENG de Rio Branco 2006 (“Assim se passaram trinta anos da geografia que serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra – uma releitura sobre Yves Lacoste”), elegemo-no como

o discurso que potencializou o debate em torno da geografia, desde este ENG até o último, em Belo Horizonte 2012.

Segundo seu autor,

o fato de que os geógrafos consideram inúmeros elementos de conhecimento elaborados por múltiplas ciências não deve mais ser tomado, hoje, como a prova das carências ou do estatuto epistemológico ultrapassado da geografia. Essa pode ser considerada um saber científico, mas com a condição formal de que todos esses elementos de conhecimento, mais ou menos disparatados, não sejam mais enumerados, justapostos num discurso do tipo enciclopédico, mas, ao contrário, articulados em função de um fim; uma verdadeira *prática espacial* destinada a se interpor na forma de como os homens atuam e pensam sobre os seus limites, ou seja, em seus próprios territórios (BARTEL, 2006, p. 1).

Bartel ainda afirmou que “de fato, a legitimidade epistemológica de um saber se basearia não mais num quadro acadêmico, mas sobre práticas sociais providas de resultados tangíveis” (ibidem).

Como primeiro questionamento, o que se coloca é: até que grau de aplicabilidade esse pensar responde à realidade geográfica, do ENG de Rio Branco (2006) até o ENG de Belo Horizonte (2012)?

Antes de assumir reflexões sobre o que vem sendo discutido por dentro dos ENGs, é lícito fazermos algumas considerações sobre a análise dos discursos. Para Michel Pêcheux (1995), a ideologia é a matriz dos sentidos. Assim, ele pensou a “teoria dos efeitos do discurso”, com a preocupação de situar o caráter histórico dos sentidos. Segundo este autor, as palavras mudam de sentido conforme a posição que os sujeitos se colocam conforme suas formações ideológicas. As pessoas estão filiadas a um saber discursivo e o produzem por meio da ideologia e do inconsciente.

De acordo com Pierre Bourdieu (1996), aquele que tem a palavra tem o seu monopólio real, podendo impor o arbitrário de sua interrogação e interesses. Em certas condições históricas, em certas situações sociais de demonstração de força, se toma a palavra como demonstração de autoridade.

Nesse sentido, correndo todos os riscos de nossa posição enunciativa, sem enunciar a validação de um discurso ideológico, porém fundamentados na filosofia da linguagem de Michael Bakhtin (1995), entendemos que o discurso tem

uma estrutura polifônica, estando simultaneamente na dimensão diacrônico-sincrônica, inscrito em diversos tempos históricos. Logo, todo discurso é denso, não há neutralidade. Todo discurso assume a tensão do objeto que deve ser exposto por um sujeito em múltiplos sujeitos que o representam, e cada fala é carregada no plano do poder do real e do simbólico.

Reflexões internalizadas: “há uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho há uma pedra” (Carlos Drumond de Andrade)

Nos últimos dez anos, tem havido diversificação de temáticas que se agregam ao eixo analítico de HPG. Se, no ENG de 1996, nem sequer tínhamos um eixo de HPG, nos dois últimos ENGs, um leque de variantes analíticas tem possibilitado fazer avançar a reflexão do pensamento geográfico. Nesses dez anos, multiplicaram-se os subeixos analíticos, o que demonstra um grande crescimento na reflexão teórico- metodológica do pensamento geográfico.

Diante da diversidade do pensar e fazer a geografia, tornou-se difícil construir agrupamentos analíticos, portanto, assumimos os riscos de nos esquecermos e/ou de ousarmos pensar e refletir subjetivamente a escrita dos discursos plurais, assumindo a seguinte sistematização (sem critérios de ordem de quantificação analítica):

Agrupamentos por subeixos:

1. A geografia e os viajantes; expedições científicas; cronistas, naturalistas.
2. Instituições do saber geográfico: investigações sobre as comunidades científicas e a institucionalização da ciência geográfica.
3. A geografia física e suas epistemes.
4. História da disciplina escolar: análise sobre ensino, formação.
5. Geografia, história/formação territorial/espço e memória.
6. Os saberes geográficos, as representações dos lugares: questões sociais, políticas, culturais e econômicas.
7. Questão ambiental/ natureza.
8. Interlocução da geografia com as demais ciências.
9. Geografia e pensamento social brasileiro.
10. Representações geográficas e construção de identidades nacionais e

regionais.

11. Metodologia e geografia.
12. Historiografia do pensamento geográfico: abordagens teóricas/metodológicas.
13. Questões de método e bases filosóficas.

A sistematização e a análise dos conceitos que sustentam os fundamentos da pesquisa dos artigos apresentados nos quatro ENGs permitem fazer algumas breves reflexões. A geografia emerge em todas as épocas históricas, pois se refere à relação inelutável dos seres humanos com o meio. A variedade da geografia é inerente à variedade de culturas existentes na história humana, logo, há a necessidade de se diferenciar as culturas para se contextualizar as suas geografias. Os discursos geográficos variam de lugar, época e sociedade em que foram gerados (Moraes, 2002).

É mister observar que as categorias analíticas se constituem a partir da articulação interna da sociedade. E, conforme a afirmativa de Karl Marx, extraída da publicação de 2011 do seu livro *Grundrisse*, a sociedade

(...) de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal (...) Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e influência das demais produções e suas respectivas relações (MARX, 2011, p. 59).

Embora possamos observar que, no decorrer dos anos, a partir do CBG de Goiânia de 2004, as mudanças paradigmáticas que norteiam a concepção do indivíduo e do mundo na sociedade vêm apresentando um leque de pensares que se apoiam na negativa da derrota do marxismo e da meta-história, todavia, grande parte dos textos publicados ainda apresenta como objeto de análise as leituras marxistas, trazendo como proposta o método do materialismo histórico dialético e, sobremaneira, a reflexão da teoria espacial crítica. O que se resente, em geral, é do aprofundamento teórico-epistemológico que possa favorecer os tecidos teóricos que sinalizam novos conceitos ou mesmo uma nova teoria da geografia.

Embora as noções de certeza e determinações estejam sendo criticadas, na busca de novas propostas teórico-metodológicas, pouco se veem reflexões que

indicam consolidação de uma nova teoria. Há uma preocupação presente nas reflexões que se aproximam da cultura pós-moderna de afirmação do indivíduo como sujeito/objeto de análise.

Em palestra comemorativa dos trinta anos do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, afirmamos que

as ciências sociais e humanas se retiram enquanto enunciadoras de propostas críticas e engajadas na militância, subvertendo a ordem do social pelo individual, como plano de perspectiva de vida. No lugar da concepção da história como história global, surge o tempo fragmentado, dotado de temporalidade própria. A totalidade histórica dialética, posta como característica essencial do intelecto, da razão analítica da condição do pensamento humano, é rejeitada. Há a destruição da continuidade, da totalização, da universalidade (CONCEIÇÃO, 2013, p. 6).

O século XXI foi anunciado como o século da ruptura do pensamento homogêneo revolucionário, da superação do socialismo e da afirmação do capitalismo como o sistema insuperável. Não obstante, a ideia de ruptura crítica, de superação ou novidade não se define como significante de mudanças, mas pelo caráter destruidor da categoria do novo como referente de progresso, evolução e história, no entendimento da velocidade do tempo, de sua fluidez, da sua volatilização (CONCEIÇÃO, 2013).

Na afirmativa de José de Souza Martins (1997),

o tempo do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento. O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas (MARTINS, 1997, p. 93-94).

O pressuposto da teoria é a categoria. Entendemos o conceito como uma descrição teórica. Desse modo, espaço, paisagem, lugar, território e região são expressos, neste artigo, como um ou como outro. Todavia, é preciso destacar que as categorias e conceitos só possuem validade quando se estabelecem, na unidade relacional, teoria e método, assumida pelo sujeito do discurso – ou seja, aquele que fala –, o que permite verificar que, muitas vezes, o discurso, posto

como uma verdade axiológica, não condiz como unidade teoria e método. Entretanto, muitas vezes, a definição posta é diversa do conceito. O modo e a interpretação de cada pesquisador são diversos, por diferentes perspectivas, seja de forma individualizada, na dimensão de grupo e de coletividade, assumindo relevância a partir da realidade vivenciada.

Na análise marxiana, o pesquisador não deve se restringir a descrever a realidade, mas refletir analiticamente sobre como a sociedade se produz e se reproduz, ao longo da história. É quase senso comum, entre os diversos pesquisadores, que a relação entre a sociedade e a natureza, homem-meio, meio e natureza, é a extensão/projeção do homem e da sociedade, na medida em que são criação e suas representações. Nesse sentido, a definição de representação está implícita nas diversas teorias e métodos que sustentam as análises apresentadas, desde o idealismo, a fenomenologia e o materialismo histórico, excetuando-se a leitura positivista, na qual não há a abstração das relações na dimensão gnosiológica.

As categorias e conceitos têm sua intensidade no contexto do tempo histórico em que se apresentam, entretanto, é interessante observar que os seus usos, algumas vezes, se banalizam pela ausência de sustentação teórica e metodológica, assim é que território, por exemplo, presente como categoria dominante em todos os ENGs, é apresentado, na maioria das vezes, com conteúdos de base culturalista, de identidade (indivíduo) e relações de poder, no contexto da polifonia dos discursos de Michael Foucault e Claude Raffestin, e sustentado, em geral, nos textos de Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet, aparecendo sob a intensidade de questionamento das redes de poder, do movimento da desterritorialização, de multiterritorialidades. Por outro lado, grande parte das leituras está apoiada em Friedrich Ratzel, e é contemplada no entendimento da concepção de nação e nacionalidades, na qual o conceito de território é apresentado como representação coletiva, cidadania ou garantia de soberania.

As categorias territorialidade e lugar estão presentes em todos os ENGs, com mais intensidade no ENG de Belo Horizonte (2012), considerando a dimensão relativa do total de trabalhos publicados. Embora a categoria território seja dominante na análise geográfica dos últimos encontros, a categoria região ainda vem sendo discutida em todos os ENGs, assumindo, de certa forma, a mesma intensidade dos conceitos de território, paisagem e lugar.

As categorias espaço e paisagem têm grande presença em todos os ENGs, assumindo diversidades de concepções. A categoria espaço ainda permanece, na maioria dos trabalhos publicados, com aproximação aos fundamentos da análise marxista, no entendimento do movimento do capital das relações de produção. Na maioria das vezes, o conceito de espaço é assumido como sinônimo de lugar ou território, e, muitas vezes, sem sustentação crítica epistemológica, sendo que a categoria espaço é indicada – ou mesmo associada – a ciberespaço, como medida escalar. Por vezes, perde sua explicativa de validação gnosiológica e assume a explicativa clássica positivista de sinônimo de área, extensão.

Num escrito sobre a caminhada do pensamento geográfico em busca de uma epistemologia crítica, Ruy Moreira (2006) afirmou que

cada uma dessas definições padece do mesmo problema do nexos estruturante: a paisagem, a relação homem-meio e o espaço são, na verdade, planos da descrição e não de categorias analíticas. E visam a legitimar uma forma de leitura da história do pensamento geográfico. Um problema de natureza epistemológica, que tem origem no problema relacional do homem (MOREIRA, 2006, p. 121-2).

Para este autor, o pecado e o saber do geógrafo permanecem centrados nas descrições, e não em conceitos, não tendo conhecido a ruptura epistemológica da fase da representação clássica para a moderna: “Falta-lhes a clareza do elo conceitual (...) São categorias que se movem, todavia parecem não compor um sistema conceitual” (ibidem, p. 123). Concordamos com Ruy Moreira quando afirma que falta um rigor conceitual, porém, o que nos parece é que estamos sendo atropelados pelos fios tênues da violência da desumanização da ciência. A luta pela política emancipatória tem sido assoberbada por estes atropelos do inferno dantesco tecido pelo capital, mas há contínuas buscas que provam o contrário.

Emerge, em mão contrária, a necessidade dialética de insistir-se na busca de uma geografia na contramão do sistema, uma geografia prometedora de auto-organização, de proposição, de rebelar-se, assim é que o retorno – em atraso – dos anarquistas teve presença no ENG de Porto Alegre. Todavia, observa-se que os anarquistas Elisée Reclus e Piotr Kropotkin são apresentados muito mais como partes de um movimento de irreverência à ideia de congelamento de uma hegemonia do pensar a geografia do que pelo debate dos conceitos aferidos na

corrente anarquista. Em grande parte, porque há ausência da análise teórica crítica. Os textos são mais interpretativos, aprisionados ao contexto do intertexto. Talvez se possa acatar a afirmativa de Terry Eagleton (2005, p. 85) de que “o que cresceu, nos últimos tempos, especialmente nos Estados Unidos, foi certo tipo de antiteoria”.

Há, ainda, a permanência da leitura marxista como busca do entendimento de práxis, posta não só como necessidade de atuação de transformação social, seja nos questionamentos das instituições científicas e sociais, mesmo em contraposição aos discursos institucionais, vistos como relação de poder. A concepção de criticidade assume diferente viés.

Há incidência de preocupações epistemológicas na busca da ontologia do espaço como direcionamento para pensar a geografia, assim como também no debate sobre teoria e método segundo a obra de Milton Santos. É contundente o estudo conceitual, partindo da obra de Santos, com leituras reflexivas das categorias meio técnico-científico-informacional, estrutura, forma e função. A presença, nos textos apresentados, do debate socioterritorial é garantia, para muitos, da sua validade gnosiológica.

Natureza, na maioria dos discursos, está correlacionada à concepção de meio ambiente. Na realidade, a questão ambiental assume a condição de território usado – espaço usado – em dois discursos contrapostos: o da afirmativa e o da negativa. Na direção do contradiscurso, a reflexão na geografia permanece sustentada na leitura de Ruy Moreira.

A geopolítica está quase ausente nos debates. É interessante observar a sintonia da presença de pesquisas sobre a América Latina, no ENG de Porto Alegre, o que nos faz remeter à leitura de Moraes (ob.cit) sobre se há um lugar do discurso. O que poderia argumentar a condição de localização de estado fronteira?

Estão propriamente ausentes leituras do lugar no contexto da interpretação crítica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. As reflexões sobre região não apresentam contraposições à condição de uma identidade regional, deixando-se explícito que se compreende o conceito de lugar a partir das práticas sociais na comunidade de indivíduos, assim como nos questionamentos étnicos, de religião, de gênero, sexualidade etc. Nos dois últimos ENGs, este debate se tornou mais restrito. De forma geral, cultura,

identidade cultural e lugar se inscreveram no discurso da diversidade, da pluralidade de práticas e de corporeidade. No geral, não houve questionamentos críticos, indicações de possibilidades nem determinações de transformações.

É importante verificar a inserção do discurso crítico da geografia física sob a base teórica filosófica, a partir, principalmente, da filogênese kantiana. A hermenêutica está direcionada como proposta do pensar a geografia na tentativa de procurar superar os congelamentos e filamentos teóricos.

O último ato: reflexões finais

Retornamos à chamada à responsabilidade da AGB, posta no ENG de Rio Branco, no artigo de Galvão Filho e Calvente (2006), que teve por preocupação responsabilizar a entidade a “proporcionar condições para que ocorram os encontros e os debates entre os geógrafos das diversas instituições do país. (...). Essa prática deve continuar e ser ampliada”.

A expansão das universidades e das pós-graduações possibilitou uma polissemia de discursos que vem de diversos direcionamentos, com a presença de uma grande quantidade de novas unidades acadêmicas.

No quadro geral de apresentações, constata-se que, em todos os ENGs, a concentração de trabalhos apresentados foi de pesquisadores das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O que se observa é que não há distanciamentos reflexivos teóricos epistemológicos entre as diferentes unidades acadêmicas em relação à localização do sujeito que fala de onde ele está. Acredito que a postura da AGB, ao não cercear os textos a serem apresentados nos ENGs, se, de um lado, causa polêmica por parte de geógrafos que argumentam a necessidade da garantia da “qualidade” dos trabalhos/pesquisas, por outro, permite a legitimação de um grande leque de discussão e visibilidade sobre o que se discute na geografia em todos os “cantões” do Brasil. Os textos se põem livres de censuras, permitindo a possibilidade de colocar o debate aberto, sem cerceamentos ideológicos.

Na disputa da supremacia metodológica, paradigmática, se articula um discurso da negatividade da metodologia em curso, especificamente do materialismo histórico dialético. O método, em alguns casos, se coloca como hermenêutico, e, nesse sentido, assume-se o significado da exposição de narrativas, do lugar do discurso, do sujeito que fala.

Para que a teoria posta no momento histórico como determinante possa ser considerada refutada e não mais reconhecida (ou seja, dada como superada), é preciso ter um discurso que se sustente nos princípios básicos da supremacia sobre o outro. É preciso que o discurso pretense esteja estruturado no princípio da liberdade, da alteridade, da perspectiva emancipatória, da funcionalidade fortalecida no plano do ideológico e do político, que está posto nas determinações históricas.

Para Eagleton (2005, p. 43), “até as teorias mais rarefeitas têm uma raiz na realidade histórica”. Destarte,

a teoria cultural estava lá para lembrar à esquerda tradicional o que ela havia menosprezado: arte, prazer, gênero, poder, sexualidade, linguagem, loucura, desejo, espiritualidade, a família, o corpo, o ecossistema, o inconsciente, etnicidade, estilo de vida, hegemonia (ibidem, p. 52).

A partir do século XXI, questionamentos sobre questões de método para se pensar a geografia são apresentados. As categorias são postas como definidoras das práticas e dos saberes, como anunciadoras de novas abordagens: lugar, território e territorialidade são colocados como substitutos da categoria espaço, assumidos, desde os anos de 1970, pelos geógrafos críticos, os identificados como marxistas ou mesmo, de forma geral, os que partiam da abordagem metodológica do materialismo dialético.

Na verdade, a cultura ganhou em importância na tradição que viria a ser conhecida como marxismo ocidental. Georg Lukács, Walter Benjamin, Antônio Gramsci, Wilhelm Reich, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Ernst Bloch, Lucien Goldman, Jean Paul Sartre, Fredric Jameson (...). Foi dessa herança que os estudos culturais modernos receberam a deixa, embora muitos desses não passem de uma pálida sombra de seus antecessores (EAGLETON, 2005, p. 52).

A mudança do marxismo ocidental para a cultura nasceu, parcialmente, da impotência e do desencanto político. Presos entre capitalismo e stalinismo, grupos como a Escola de Frankfurt puderam compensar sua condição de apátridas políticos voltando-se para questões culturais e filosóficas (ibidem, p. 52-53).

Identifica-se a entrada de diversos teóricos da pós-modernidade e do

neoestruturalismo para dar conta dos discursos de desconstrução da concepção crítica do materialismo histórico, entre estes Jürgen Habermas (teoria da ação comunicativa), Michael Foucault, Deleuze, Derrida.

Há uma riqueza de polifonia, trazida no discurso do lugar de quem fala e sobre o que se fala, entretanto, o que se observa é que, embora possamos identificar conteúdos de discursos na crítica ao universalismo e à ideia do homogêneo, ao assumir os discursos do outro, não há descentralização dos sujeitos dos discursos, dos que falam. Sustentam-se na preocupação de Gilles Deleuze em produzir espaços de criação e de produção de novos acontecimentos, sem se tornar representantes de um discurso do outro, sem se filiar. Porém, ao negar o discurso do homogêneo e da crítica marxista, acabam assumindo o discurso do outro, do que se representam.

É interessante observar a riqueza da diversidade do debate epistemológico, embora as categorias se apresentem fechadas e sem um novo criativo. Os discursos estão pautados, desde o ENG de Rio Branco, em uma busca de novos enunciados como tentativa de contraposição à denominada hegemonia de pensar o discurso crítico marxista. É anunciada, a partir de então – ganhando força na medida em que se desenrolam os ENGs, principalmente o último ENG, de 2012, em Belo Horizonte –, a defesa do que se denominam os novos paradigmas da pluralidade e da cultura como epistemes para os novos discursos. Todavia, o que se observa é que se assume a leitura da categoria e se deixa de lado o conceito como base argumentativa. Nesse sentido, podemos até afirmar que há um novo no pensamento geográfico que se estabelece por dentro da AGB. Entretanto, como vimos, ressentem-se de uma estrutura teórico-epistemológica que dê sustentáculo a este novo. É importante observar que, por mais avanço que se dê à teoria, as reflexões, em geral, se sustentam nos aportes teóricos da leitura miltoniana.

A crítica à determinação do método que Deleuze (1992) denominou de “imperialismo de pensar” – a defesa do modo livre de pensar – permitiu o movimento, entre os filósofos e não-filósofos, de pensar a geografia. Para este autor, tanto a arte quanto a ciência e a filosofia são modos de modos de pensar, expressões do pensamento.

Vasconcellos (2005), ao refletir sobre a obra de Gilles Deleuze, afirmou que, para o pensamento deleuziano, a ciência e a filosofia constituem modos de pensar. A tarefa de toda filosofia é a de colocar movimento no pensamento,

retirá-lo de sua imobilidade, romper os pressupostos da representação. Segundo Vasconcellos (2005, p. 6), “pensar é garantir ao pensamento sua possibilidade mais radical: criar conceitos. Conceitos que possam, ancorados em um plano de imanência, fazer alianças com o extrafilosófico e produzir uma violenta onda de forças que nos faça pensar”. O ato de pensar é uma criação. Conforme Deleuze, para pensar, precisamos apenas de um método que nos faça pensar bem e verdadeiramente. É preciso romper com a imagem dogmática do pensamento. Pensar é um exercício natural, precisando apenas de bom senso.

Se, de um lado, os textos se põem livres de censuras, permitindo a possibilidade de se colocar o debate aberto, sem cerceamentos ideológicos, esta normatização, nos eventos da AGB, permite que haja uniformidade do debate sem graduação de controle do saber.

Há uma preocupação de se demonstrar a superação do método crítico, do conteúdo dos argumentos marxistas como base ao pensamento geográfico, entretanto, é preciso observar que, para que a teoria posta no momento histórico seja determinante, e que possa ser considerada refutada e não mais reconhecida, portanto superada, é preciso ter um discurso que se sustente nos princípios básicos da supremacia sobre o outro. O grupo eletivo se forma e se torna o apoio, constituindo força social fundamental para a sua reprodução. Quanto mais amplo e de caráter mundial o grupo se torna, mais rápido o discurso se impõe como renovador.

O uso da categoria lugar passa a ser dominante, sendo que esta categoria é compreendida a partir de conceitos diferenciados e carregados de fortes conotações ideológicas. Mas a questão problemática é o embaralhamento dos conceitos, em muitos trabalhos analisados. Percebe-se a superposição, quanto ao uso desta categoria, na presença de vários discursos de autores, como se houvesse uma unidade de pensares, e como se as ideias fossem as mesmas. Assim é que a concepção de Yu Fu Tuan vem agregada como similar à de Henri Lefebvre. Não se diferencia a concepção de cultura, pois esta é compreendida como o significado de cotidiano, do vivido. Enquanto, na análise lefebvrina, o vivido é definido pelas relações de trabalho, pelas relações históricas, na leitura de Yu Fu Tuan, este é compreendido no sentido das relações de comportamento, do sensível.

Observa-se que, a partir do ENG de São Paulo, em 2008, os discursos sobre o pensar a geografia passaram a assumir a influência das reflexões

foucaultianas e seus pares. Conforme Deleuze (1988, p. 19), “Foucault se junta a Blanchot, que denuncia toda ‘personologia’ linguística e situa os lugares do sujeito na espessura de um murmúrio anônimo”. Compreendeu Deleuze que, para Foucault, os enunciados eram raros e não havia necessidade de ser original para produzi-los. Os lugares dos sujeitos, para cada enunciado, eram variáveis. A descrição arqueológica não estabelecia hierarquia de valor, só regularidade de enunciados. Para Deleuze (1988, p. 16), “não é necessário ser alguém para produzir um enunciado, e o enunciado não remete a nenhum cogito, nem a algum sujeito transcendental que o tornasse possível.”

Ao verificar e refletir sobre os textos que vêm sendo apresentados nos ENGs, o que se pode concluir é que há vários sujeitos, em lugares diversos, que anunciam suas falas embasados em conteúdos variáveis, sem se perceber o congelamento de conteúdos em lugares e privilégios de determinações de sujeitos que falam. Todavia, verifica-se que, se há dinâmica do movimento global oportunizada pelas vias de comunicações cada vez mais abrangentes, há, de certa parte, o congelamento sobre o quê e de quem se fala. Se não há mais um domínio da colonização de sujeitos falantes, ainda há enrijecimento de autores sobre quem se fala, o que nos leva a questionar sobre a presença de um novo conteúdo que esteja sendo plasmado nos saberes geográficos.

Grande parte dos textos está presa a uma preocupação metodológica, de procedimentos, mas não de método. O que se questiona é se há, de fato, um novo discurso na geografia. Podemos dizer que há presença de formas discursivas narrativas que dão vozes aos sujeitos a-sujeitados, trazendo o pensamento dos sujeitos pesquisados, todavia ressentem-se de estrutura teórica-epistemológica que lhe dê sustentação.

O que se pode constatar é uma diversificação de discursos nomeados por diversos sujeitos, que se agrupam conforme eletividade e afetividade do movimento. Talvez, pela ausência de fortalecimento da hegemonia de uma teoria, pela própria crise social de identidade, se ressintam de representação. Não podemos deixar de considerar que, para um discurso ser reconhecido como determinante, é preciso produzir efeitos de poder – fazer o outro silenciar, torná-lo morto.

Todavia, é preciso observar que a estrutura conceitual não se estabelece em tempos breves, mas em tempos históricos longos. Para David Harvey,

temos vivido, nas duas últimas décadas, uma intensa fase de compressão do tempo-espço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (HARVEY, 2007, p. 257).

A aceleração generalizada dos tempos de giro do capital acentuou a volatilidade e a efemeridade de ideias e ideologias, provocando influências nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir. Porém, o mergulho na efemeridade provocou uma explosão de sentimentos e tendências opostos. Para Harvey (2007, p. 263), “quanto maior a efemeridade, tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir.”

Não nos foi possível verificar, nas areias movediças de um pensamento geográfico, se está posta uma nova teoria na e para a geografia brasileira, mas, sim, como temos agregado a riqueza da diversidade de debates tão mortos/vivos. Na caminhada atual das ciências humanas, há muitas rachaduras, porém, não vêm sendo verificados os limites estruturais que possam produzir, no futuro/presente, fissuras eruptivas. Acreditamos que, antes de estarmos procurando formas de negação da possibilidade da imanência da entidade AGB, desconstruindo-a por dentro e por fora, talvez fosse mais sensato refletirmos sobre o que nos fala a tese de doutorado de Charles da França Antunes (2008), quando iniciamos a escrever este referente artigo: a AGB foi responsável pelas transformações na sociedade e na geografia brasileiras.

O capitalismo contemporâneo, segundo Chauí (1999, p. 30), “mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade, uma vez que tornaram-se agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação”. Nesse sentido, a ideologia pós-moderna realiza a inversão da lógica da produção pela circulação, na qual a avaliação na universidade é feita pelo número de publicações e não pela qualidade e importância da pesquisa (Chauí, 1999). Logo, é preciso preservar o “espaço” aberto do debate, que, exatamente, busca inverter esta situação.

Palavras finais

Acreditamos que a AGB, por constituir-se numa instituição que se materializa e se estrutura no princípio da liberdade e da alteridade, tende a garantir um campo de debate aberto de validação das leituras plurais, mesmo que, aparentemente, ela possa ter um maior peso na determinação histórica de

um grupo dominante. Tal significante permite constatar que a AGB ainda se apresenta como possibilidade inovadora de garantia da qualidade e da produção do saber geográfico, que tem se dado de forma plural e sem qualquer tipo de cerceamento ideológico.

Dedico este artigo ao meu eterno Compa, inesquecível William Alves (agebeano de fibra ardente), ao mesmo tempo em que me utilizo das suas palavras, ao dedicar-me o livro Para a crítica da economia política: "Alexandrina, húmos, humores para quem não esmorece! XVI ENG, inverno de 2010."

Referências bibliográficas

AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). Anais dos ENG's da Associação dos Geógrafos Brasileiros. 2006; 2008; 2010; 2012.

ANDRADE, Manoel Correia de. "A AGB e o pensamento geográfico no Brasil." In: *Terra Livre*, 9. São Paulo: AGB, 1991.

ANTUNES, Charles da França. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias e transformações: notas de uma história*. Niterói. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia / Universidade Federal Fluminense. 2008.

ANTUNES, Charles da França. "O contexto do surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na geografia brasileira". In: enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/charlles-da-franca1.pdf.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

BARTEL, Bruno Ferraz. "Assim se passaram trinta anos da geografia que serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra – uma releitura sobre Yves Lacoste". In: *Anais do XIV ENG*, Rio Branco: AGB, p. 1-12, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Campinas: Papirus, 1996.

CHAUÍ, Marilena. "Ideologia neoliberal e universidade". In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (organizadores). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, p. 27 a 51, 1999.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. "Na tessitura de uma outra geografia: Milton Santos, um revolucionário do e no tempo-espço." In: SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JUNIOR, Rubens (orgs.). *Milton Santos: o homem e sua obra*. Salvador: EDUFBA, 2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Palestra proferida no evento dos trinta anos do NPGEQ.

Texto impresso. Aracaju, p. 1-17, 2013.

COUTINHO, Carlos Néilson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru/SP: EDUSC, 2º vol., 2007.

GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes & CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. "O território brasileiro e o turismo – uma análise da difusão do conhecimento geográfico aplicado ao tema." In: *Anais do XIV ENG*. Rio Branco: AGB, p. 1-12, 2006.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Tradução de Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 16ª ed., 2007.

HEIDEMANN, Heins Dieter. "Apresentação". In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (organizadores). *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, p. 9-12, 2008.

LOSURDO, Domenico. *A hipocondria da antipolítica: história e atualidade na análise de Hegel*. Tradução de Jaime Clasen. Rio de Janeiro, Editora Resa, 1ª ed., 2014.

MAMIGONIAN, Armem. "A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos." In: *Terra Livre* (8). São Paulo: AGB, 1991.

MARTINS, José de Souza Martins. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ed. Ática, 1977.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de

Eni Orlandi et. all. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. “A geografia no Brasil”. In: AZEVEDO, Fernando (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 349-461, 1994.

PETRONE, Pasquale. “Depoimentos – Pasquale Petrone e a geografia na USP.” In: *Revista Estudos Avançados*. Vol. 8, nº 22, São Paulo, 1994.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *A geografia está em crise. Viva a geografia*. <https://docs.google.com/file/d/0B47Asx8CJpnrLXJYV1ZyWVNFNW8/preview?pli=1>

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SEABRA, Manoel. “Caio Prado Júnior e os primeiros anos da AGB.” In: SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs). *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, p. 13-126, 2008.

SILVA, José Borzacchiello da; OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória da pós-graduação no Brasil e a ANPEGE: algumas questões.” In: *Revista da ANPEGE*. V. 5, pp. 79-92, 2009. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/32/pdf07>.

SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. “Por uma história do pensamento geográfico no Brasil.” In: *Inforgeo*, 18/19, Lisboa: Edições Colibri, pp. 155-158, 2006. Disponível em http://www.apgeo.pt/files/section44/1227035054_Inforgeo_18_19_p165a168.pdf.

VASCONCELLOS, Jorge. “Filosofia e seus intercessores: Deleuze e a não-filosofia”. In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27276.pdf>. Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1217-1227, Set./Dez. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

